



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

SESSÃO INAUGURAL DO COMITÊ
NEGOCIADOR DO SISTEMA GLOBAL
DE PREFERÊNCIAS COMERCIAIS

Teatro Nacional
Brasília, DF
22 de maio

Esforços de cooperação são substituídos pela retórica da confrontação e pela ameaça e uso da força.

8 de maio — A reserva de mercado no campo da informática brasileira leva os EUA a ameaçarem o Brasil com represálias comerciais.

8 de maio — O Governo começa a estudar medidas para conter o consumo e evitar a inflação. Os preços tendem a subir por haver mais consumidores que produtos disponíveis para compra.

22 de maio — O Presidente Sarney convoca o Ministro da Justiça, Paulo Brossard, para coordenar a repressão à violência no campo, garantindo a reforma agrária.

Desejo, em primeiro lugar, dar as boas-vindas às expressivas delegações dos países amigos, que nos honram com sua presença neste encontro, para nós tão cheio de significados.

É com viva satisfação que aqui compareço para abrir a fase ministerial da reunião do Comitê Negociador do sistema Global de Preferências Comerciais. Esta iniciativa é um passo decisivo na cooperação entre países em desenvolvimento, a que o Brasil se junta com empenho.

Os países em desenvolvimento vivem um dos períodos mais difíceis de sua história. Os últimos anos trouxeram uma conjunção de forças econômicas negativas, que levaram a um retrocesso inédito no processo de desenvolvimento.

No plano comercial, a profunda deterioração nos preços dos produtos de base e o recrudescimento do protecionismo nos países desenvolvidos representaram perdas substanciais para os países em desenvolvimento, cuja fonte de recursos externos provém exclusivamente das exportações.

Invertem-se, com as tendências atuais do comércio internacional, as condições que propiciaram o grande desenvolvimento das trocas internacionais nas décadas de 60 e 70 e nas quais foi decisiva a participação dos países em desenvolvimento. Cria-se, hoje, um verdadeiro sistema preferencial às avessas, cujo efeito é estancar os benefícios da participação ativa dos nossos países no comércio internacional.

No plano financeiro, em consequência de políticas econômicas dos países credores, nossos países se vêm submetidos ao peso de um serviço da dívida em qualquer relação com a realidade vigente à época da contratação dos empréstimos.

Os níveis a que chegaram as taxas de juros e a suspensão dos fluxos de capitais transformaram o mundo em desenvolvimento, e em especial a América Latina, em exportadores líquidos de capitais. A cada sete anos, o Brasil paga em juros o equivalente ao principal de sua dívida externa, o que bem ilustra o impasse a que se chegou, com graves consequências políticas.

Esse cenário adverso coexiste com uma crise do multilateralismo e a ausência de qualquer progresso no diálogo e na cooperação entre países ricos e pobres.

A luta por hegemonias, hoje, não se dá mais apenas no campo estratégico-militar, mas principalmente na área comercial e científico-tecnológica.

Preocupa-nos a ausência de progressos no estabelecimento de modalidades de cooperação internacional capazes de assegurar uma transferência de tecnologia para os países

menos avançados. Desejamos garantir nosso direito inalienável de lutar pelo desenvolvimento das tecnologias que hoje propulsionam as economias desenvolvidas para uma fase pós-industrial.

No âmbito do GATT, a questão do intercâmbio de serviços vem sendo tratada com o intuito de reservar ao mundo desenvolvido os mercados daqueles que ainda não alcançaram um grau de competitividade suficiente para beneficiarem-se de um processo de liberalização generalizado.

A negociação de instrumentos internacionais para a liberalização dos fluxos de investimento apresenta, igualmente, sérios riscos de criar novas e mais profundas formas de dependência econômica e política e de acentuar a distância que separa as nações.

Os países em desenvolvimento são hoje os reais defensores da preservação e do fortalecimento do sistema multilateral de comércio.

As ameaças de retaliação, o protecionismo, o condicionamento de obrigações já assumidas de liberalização comercial na área de bens à aceitação de uma regulamentação multilateral nas áreas de serviços e investimentos são formas de pressão que representam a ampliação de um sistema injusto e desigual, que pune de forma drástica e politicamente perigosa os países em desenvolvimento.

Romper o sistema multilateral de comércio será regredir décadas, e abrir mão de mecanismos cujos efeitos positivos já se fizeram sentir em passado recente.

A preservação das atuais estruturas econômicas encontra seu paralelo no campo político, onde prevalecem cada vez mais as relações de poder. Os esforços de cooperação são substituídos pela retórica da confrontação e pela ameaça e uso da força.

A rejeição ao diálogo, a tentativa de imposição de medidas unilaterais e o esquecimento de princípios como a não-intervenção, a igualdade das nações, a autodeterminação e a solução pacífica das controvérsias formam um panorama preocupante, que oculta tímidos sinais de distensão

e escassas iniciativas concretas em favor da paz e da concórdia.

O mundo em desenvolvimento senhores delegados, luta pela reformulação das relações econômicas internacionais e rejeita esquemas de poder e de confrontos porque está convencido de que todos os esforços da humanidade devem dirigir-se ao progresso econômico e social, à liberdade política, à estabilidade das instituições, à valorização, em fim, do ser humano.

Foi a confiança em nossa própria capacidade criativa que inspirou o Brasil na adoção de medidas de combate à inflação e de incentivo à produção para tornar possível a retomada do crescimento econômico e a busca legítima de solução para os graves problemas sociais que ameaçam a base de sustentação do próprio Estado brasileiro.

País de variadas identidades e aberto à convivência de todas as culturas, o Brasil pratica uma diplomacia universalista avessa a hegemonias e atenta à cooperação franca com todos os povos, na base de interesses recíprocos.

À cooperação e ao diálogo junta a diplomacia brasileira o compromisso inalienável de buscar formas inovadoras de projetar internacionalmente os seus interesses de progresso econômico e social e de convivência aberta, democrática e pluralista.

Essa mesma visão construtiva inspira-nos em nosso empenho de procurar novas modalidades de cooperação multilateral no plano comercial, de que é exemplo expresso esta reunião. Sem ânimo de confrontação, mas com determinação e responsabilidade, estamos, com esta iniciativa, usando o legítimo direito de buscar fórmulas que permitam recolocar criativamente o intercâmbio Sul-Sul nos patamares elevados que dele fizeram um dos propulsores do crescimento verificado em nossos países na década anterior.

Alguns grandes avanços no direito internacional contemporâneo e na construção de regras mais equitativas para a convivência entre as nações têm origem na ação solidária do grupo dos 77.

Por cima das peculiaridades próprias da identidade de cada país, liga-nos tão variada gama de interesses e aspira-

ções, que fomos capazes de criar uma extensa área de consenso, não apenas para tratar matérias de natureza jurídica, mas também para agir coordenadamente diante de questões econômicas, comerciais e financeiras de primeira importância para nossos povos.

A reunião de Brasília sobre o Sistema Geral de Preferências Comerciais é a culminação de anos de trabalho em torno de uma idéia inspirada nos melhores princípios que regem o multilateralismo e numa visão construtiva e de longo prazo dos interesses comerciais dos países em desenvolvimento.

A concessão recíproca de preferências comerciais balizadas pelos interesses específicos de nossos países é a maior prova de solidariedade que podemos dar em nossa luta comum pelo progresso e pela estabilidade do sistema econômico internacional.

Já dispusemos de tempo suficiente para a consideração das linhas-mestras do sistema. É chegado o momento de preparar-nos para o início das negociações em setembro próximo, de vez que já dispomos de uma base suficientemente sólida para lançarmos a primeira rodada. Ao longo do processo negociador, poder-se-ão completar os ajustes finais dos documentos, sem prejuízo dos trabalhos de troca de concessões.

O êxito de nossas deliberações e das negociações que a elas se seguirão permitirá criar um acordo geral cujos frutos se repartirão igual e eqüitativamente entre todos os nossos povos.

É com esse espírito que nos oferecemos para sediar esta reunião do Comitê Negociador do Sistema Geral de Preferências Comerciais. Ela representa uma iniciativa do mais alto significado dentro do esforço conjunto que os países em desenvolvimento vêm realizando, desde a primeira reunião da UNCTAD, para aperfeiçoar o sistema econômico e comercial internacional.

Aqui estamos trabalhando na construção de regras cujo objetivo primordial é estabelecer vínculos mais dinâmicos e profundos entre os próprios países em desenvolvimento, reforçando correntes de comércio ligadas à comple-

mentariedade de nossas economias e à imensa gama de interesses que nos unem.

Não se trata de construir um sistema que prescindia das relações comerciais com outras esferas; ao contrário, vemos este esforço como uma complementação necessária e impostergável da vertente internacional de nossas economias, com imenso potencial de efeitos multiplicadores.

Temos um longo caminho a percorrer. Mas o exemplo de outras iniciativas que com o tempo mostraram os frutos irreversíveis da solidariedade dos países em desenvolvimento — como a própria UNCTAD e a convenção das Nações Unidas sobre o direito do mar — animamo-nos a prosseguir.

Nossa tarefa é a persuasão, o trabalho paciente e corajoso, a determinação de quem tem a ganhar com o aperfeiçoamento do sistema e está ciente de que esse aperfeiçoamento é uma conquista, jamais uma dádiva, e que o principal esforço deve partir de nós mesmos.

Animado desse espírito, e consciente da dimensão histórica de que se reveste a iniciativa do sistema geral de preferência comerciais, desejo a todos os senhores os melhores êxitos no desenvolvimento de seus trabalhos e lembrar que nossos povos esperam muito da capacidade negociadora e do ânimo construtivo que felizmente animam esta reunião.

Agradeço mais uma vez a presença de todos e peço-lhes serem os intérpretes, junto aos seus povos e aos seus governos, da expressão de amizade e solidariedade fraternas de todo o povo brasileiro.